

INGLESES NO BRASIL: ESTILO DE VIVER, ESTILO DE MORRER

Davi Kiermes Tavares – Aluno do Mestrado do PPGMP-UFPeI

dakita@uol.com.br

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero – Professor Adjunto da UNIPAMPA/PPGMP - UFPeI

rbcolvero@gmail.com

RESUMO

O texto examina o estilo inglês de viver e de morrer no Brasil a partir do século XIX até meados do século XX. Resulta do suporte teórico de pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPeI. Pesquisa essa que tem por objeto teórico um bem patrimonial em estado de semiabandono e degradação e sua conexão com o conceito de valor, e por objeto empírico o *British Cemetery* do Recife. Sua implantação evidencia a importância socioeconômica dos ingleses em solo brasileiro. Baseia-se nos argumentos de autores como Freyre (2000 [1948]), Bourdieu (2013), Mello (1972), Pantaleão (2001). Delineia aspectos que caracterizaram o estilo de viver e morrer dos ingleses e a decorrente influência decorrente sobre os brasileiros.

Palavras-chave: Ingleses; Estilo de Vida; Estilo de Morte; Cemitério; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do de uma dissertação de mestrado (em construção) intitulada (provisoriamente) “A questão do valor para a conservação do patrimônio material: o *British Cemetery* do Recife (PE) em perspectiva”. A dissertação tem por objeto teórico a conexão entre um bem patrimonial material em estado de semiabandono e degradação e o conceito de valor a ele atribuído; e por objeto empírico (unidade de análise) o referido *British Cemetery* (popularmente conhecido como “Cemitério dos ingleses”) - edificação do início do século XIX, localizada em sítio histórico constituído juntamente com a Igreja de Santo Amaro das Salinas no atual bairro de Santo Amaro. Esse cemitério faz

parte de um inicial conjunto de necrópoles que surgiu no Brasil-Colônia destinado a receber os corpos dos súditos britânicos mortos e que a Igreja Católica não permitia que fossem enterrados em seus cemitérios. Sua implantação constitui reflexo da importância, da influência e da presença inglesa no país de então – a qual se estenderia até meados do século XX.

Nesse sentido, Gilberto Freyre, em seu livro “Ingleses no Brasil – aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil”, (Fig. 1) escrito em 1948, de maneira notável revela a presença significativa dos ingleses na sociedade brasileira do século XIX. Ele diz:

Não foi caprichosa nem precipitadamente que cheguei àquela conclusão, mas vagarosa e até objetivamente: por meio de um mapa (...) em que fui anotando os pontos do Brasil onde primeiro e mais vigorosamente floresceram as instituições e atividades inglesas que podem ser consideradas, fora de toda controvérsia, mais características e expressivas da influência britânica sobre nosso país, na fase em que essa influência foi mais generalizada, mais profunda e mais ostensiva, isto é, meio século que se seguiu à abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, particularmente ao da Grã-Bretanha. Tais atividades ou instituições ninguém negará que foram: os cônsules de S. M. B., os Juizes Conservadores da Nação Inglesa, capelão ou capela, cemitério, hospital, casas de negócios, indústrias, fundições, médicos, engenheiros, cientistas, jornal, escola, biblioteca, beneficência, clubes, associações esportivas. E no Rio, na Bahia e em Pernambuco é que tais instituições floresceram com maior intensidade e em maior número naqueles dias decisivos (FREYRE, 2000 [1948], p. 56).

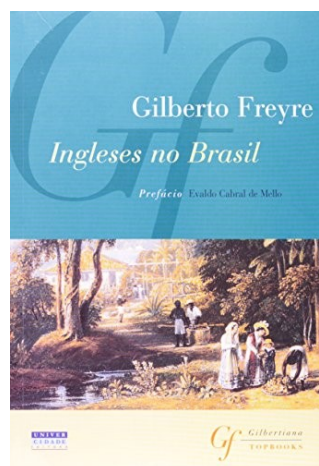


Figura 1: Fotografia de Gilberto Freyre e o “fac-símile” da obra “Ingleses no Brasil”.

Fonte: Fundação Gilberto Freyre.

Este produto textual, portanto, intenta resgatar a presença britânica no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX, trazendo à tona - para além do papel fundamental atribuído aos ingleses nas atividades políticas, econômicas - a introdução de um novo gosto de classe e estilo de vida (BOURDIEU, 2013, p. 73-111), que se manifestará em nova maneira de viver e de morrer *vis-à-vis* à maneira nativa.

Para Bourdieu (2013), o gosto e as práticas de cultura de cada um de nós são resultados de um feixe de condições específicas de socialização. É na história das experiências de vida dos grupos e dos indivíduos que podemos apreender a composição de gosto e compreender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem.

No entanto, não se tratará de uma “sociologia do gosto” ou “as razões do gosto” no decorrer desta exposição; mas tão somente assinalar a influência dos ingleses no gosto e no estilo de vida e de morte de determinada camada da população brasileira (a burguesia), a partir de Pernambuco (cidade do Recife). Desse modo, o itinerário construído tratará da presença inglesa no Brasil, e particularmente no Recife do século XIX, passando pelo destaque a alguns aspectos culturais que plasmaram essa maneira particular de ser (de viver e de morrer) que muito contribuiu para moldar a cultura brasileira.

A PRESENÇA INGLESA NO BRASIL DO SÉCULO XIX E SEU LEGADO

A transferência da Corte Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, sob a proteção da Inglaterra e sua *Royal Navy*, mudou os rumos da história desse país com repercussões duradouras. D. João, atingido pelas consequências da disputa entre a Grã-Bretanha e a França de Napoleão Bonaparte, trouxe consigo a influência britânica. E essa influência foi acentuada ao ponto de Gilberto Freyre dizer que “O século XIX, sobretudo em sua primeira metade, foi assim, no Brasil, o século inglês por excelência” (FREYRE, 2000, p. 35).

A historiadora Olga Pantaleão aduz:

Da velha metrópole transferia-se para o Brasil a presença inglesa. As necessidades do governo português, primeiro, e depois os problemas iniciais do Brasil independente, favoreceram a posição dos ingleses,

que souberam aproveitar as circunstâncias para defender seus interesses, sobretudo comerciais (PANTALEÃO, 2004, p. 64).

A transmigração da família real portuguesa ocorreu em meio a mudanças políticas e econômicas radicais no Velho Mundo, impulsionadas por Napoleão Bonaparte que, ao invadir o território português, fez com que a família real se transferisse para o Brasil.

A ambiciosa Inglaterra viu com a situação em curso a solução para sua entrada na maior de todas as colônias portuguesas na América. O governo inglês, além de escoltar a família real para lugar seguro, exigiu do príncipe regente D. João a quebra do monopólio de comércio entre Brasil e Portugal.

O príncipe regente D. João determinou a abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, particularmente à Inglaterra,¹ fortalecendo a aliança já estabelecida desde o Tratado de Methuen, em 1703, cujas ações manifestavam “sempre as mais incontestáveis provas de amizade e affecto (sic) correspondente à antiga aliança subsistente entre ambas as Corôas” (sic), nas palavras do próprio D. João (BRASIL, 1891, p. 17). Freyre (2000, p. 84) chegou a afirmar que em virtude dos acordos, “Portugal reduziu-se a uma quase colônia britânica”.

As vantagens tarifárias oferecidas aos ingleses na corte do então D. João VI ilustram a relação entre os dois países e de que modo a Inglaterra pensava em colher proveitos da colônia portuguesa. O Brasil era, sem dúvida, um “berço esplêndido” para os interesses da Coroa Britânica, mergulhada em sua primeira Revolução Industrial. O excesso de vantagens aos ingleses selou o destino do comércio português na colônia.

É interessante compreender que a presença inglesa se fez de duas formas no Brasil: os que vinham para lucrar com a nova ordem econômica imposta à colônia portuguesa por intermédio de reduções tributárias e, mais tarde, retornavam ao país de origem; e aqueles que acabavam por fincar raízes, constituindo família no Brasil Imperial.

Se o senso inovador da tecnologia inglesa para o Império brasileiro é algo perceptível e importante, digno de ser ressaltado (LENZ, 2008), de igual modo é

¹ Os termos “ingleses” e “britânicos” são empregados como equivalentes, assim como Inglaterra e Grã-Bretanha, pelo costume generalizado e pelo fato de que, em documentos oficiais ingleses da época, empregava-se muitas vezes a palavra Inglaterra para designar o Reino Unido da Grã-Bretanha (PANTALEÃO, 2004, p. 64).

possível analisar a contribuição inglesa na modernização dos transportes de massa, estradas de ferro, bondes, navios a vapor, iluminação pública, além da conexão em todo o país, via cabos submarinos, do serviço de telégrafo, fortalecendo as comunicações dentro das fronteiras brasileiras. Nas palavras de Sampaio (2010, p. 143):

Os capitais estrangeiros e a tecnologia não podem ser considerados, no entanto, como fatores exclusivamente negativos no processo de desenvolvimento das economias periféricas. Benefícios como o advento das companhias de navegação a vapor, as ferrovias, a iluminação a gás, o telégrafo, dentre outros, contribuíram para modernizar e criar condições melhores para o desenvolvimento econômico.

A contribuição inglesa não se restringiu ao campo da infraestrutura. A vida dos brasileiros recebia, dia a dia, interferências que mudariam hábitos e costumes. Segundo Freyre (2000), a leitura de publicações traduzidas do inglês, a importação de artigos de uso doméstico (como talheres e louças), itens de vestuário (tecidos e chapéus), itens alimentícios, e até os modelos mais modernos de carruagens são contribuições inglesas. Ele cita também os ingleses como introdutores “do fato branco, do chá, do pão de trigo, da cerveja e depois do whisky, do gim, do rum, do bife com batatas, do rosbife, da costeleta de carneiro, do pijama de dormir” (FREYRE, 2000, p. 66). E menciona a interferência direta na língua portuguesa, com a adoção de elementos nos falares de brasileiros, como os verbos “chutar”, “driblar”, “blefar”, “boicotar”, “boxear”, e a inserção de palavras como “gol”, “craque”, “truque”, “pedigree”, “pudim”, “recorde”, além do “alô” telefônico, dentre outras.

Esse mesmo autor faz referência à construção e operação de estradas de ferro no Brasil e sua importância na alteração das relações sociais de trabalho, numa era escravocrata. Assim dispõe:

Algumas das iniciativas do capital ou do trabalho britânico no Brasil ficaram célebres: as companhias de mineração em Minas Gerais, como a Congo Soco, o calçado Clark, os tecidos Coats, em São Paulo, e Carioca, no Rio, a Fundação Harrington & Starr e a Bowmann, no Recife (onde também guarda a tradição dos De Mornay), as velhas firmas Stevenson e Duder, da Bahia, especializadas em cacau e óleo de baleia, Boxwell, em Pernambuco, especializada em algodão, Clark, no Piauí e no Maranhão, especializada em cera de carnaúba (...) (FREYRE, 2000, p. 83).

No campo esportivo, ressalte-se que o futebol, a paixão nacional do brasileiro, foi trazido para o Brasil por Charles Miller, quando ele aqui aportou no final do século XIX. Miller, filho de escocês e neto de ingleses por parte materna, foi estudar ainda criança na Inglaterra, onde conviveu com o futebol nas escolas daquele país. Sua contribuição ao futebol brasileiro é vista como fundamental. Ele também foi um dos fundadores da primeira entidade brasileira desse esporte, a Liga Paulista de Futebol, de 1901.

A contribuição dos ingleses no campo histórico e social é mais outra marca. As correspondências trocadas entre ingleses e seu governo auxiliaram na composição de recortes históricos fundamentais sobre o Brasil Colonial e Imperial. A região amazônica foi uma das contempladas, sem esquecer os estados que exerciam forte peso na balança comercial na época, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os dados contidos nas correspondências são essenciais para se ter uma visão mais complexa da vida social, econômica, política e até de aspectos geográficos de cada unidade do Brasil. A pluralidade do Brasil chamou a atenção de olhares estrangeiros e eles relataram com exatidão uma época bem distinta da que se vive hoje.

Outra observação vale ser feita com relação ao campo literário, onde, segundo Pereira (2005, p. 58), o romance brasileiro recebeu grandes influências do romance inglês. A autora argumenta da seguinte maneira sobre isso:

Os ingleses instalaram-se nas colônias brasileiras com suas instituições e agências de penetração econômica, política e intelectual. Essa interferência pode ser sentida nas obras de alguns escritores brasileiros do século XIX. Manuel Antônio de Macedo, Machado de Assis e José de Alencar procuraram retratar por meio das personagens, a crítica em relação ao domínio dos ingleses na vida dos brasileiros do século XIX. Os escritores brasileiros se valeram da literatura com a intenção de chamar a atenção à interferência dos ingleses na vida política, econômica e cultural brasileira.

Tudo isso decorreu do modo singular como os ingleses, sobretudo aqueles de estrato social burguês, se comportavam nas terras do Brasil, à época. Nesse sentido, é interessante citar as anotações da viajante Maria Graham, de outubro de 1821. Observa a escritora o comportamento de britânicos no Brasil:

A sociedade dos ingleses é exatamente o que se poderia esperar: alguns comerciantes, não de primeira ordem, cujas reflexões giram em torno do açúcar e do algodão, com exclusão de todos os assuntos públicos que não tenham referência direta com o comércio particular, e de todas as matérias de ciência ou informação geral. (...) Nenhum sabia o nome das plantas que cercam a própria casa (...); nenhum sabia sequer me informar onde ficava a bela argila vermelha da qual se faz a única indústria aqui existente: a cerâmica. (...) Os ingleses, contudo, são hospitaleiros e sociáveis entre si. Jantam juntos frequentemente. As mulheres gostam de música e dança e alguns homens jogam tanto quanto os portugueses (...) seus escravos – porque na verdade todos os ingleses se servem de escravos – comem uma espécie de pirão de mandioca seca ou, como grande luxo, frangos assados (GRAHAM, 1990, p. 75).

Acrescente-se ao que coloca Jorge Caldeira (1995), com relação ao então “estilo de vida” dos ingleses no Brasil de então:

A colônia inglesa funcionava como uma sofisticada comunidade autônoma na vida do Rio de Janeiro: seus membros tinham uma presença forte na economia e na política, mas pouca gente na cidade convivia com eles – o que muito os satisfazia. Cultores de sua própria superioridade, os ingleses, desde que chegaram ao Brasil, mantiveram um hábito de seu país de origem: não gostavam de se misturar. Para manter a devida distância dos nativos, dedicaram-se com pertinácia e método, a produzir no Rio de Janeiro uma miniatura tropical de sua ilha. Em menos de vinte anos, montaram um aparato completo para esquecer que estavam longe da “civilização”. Eles liam seu próprio jornal, o *Rio Herald*, assistiam culto em inglês na capela anglicana, empregavam governantas inglesas em suas casas. As crianças tinham aulas em escolas próprias, com professores trazidos da Inglaterra; se precisavam estudar mais, recorriam à biblioteca inglesa. Quando ficavam doentes, internavam-se no hospital inglês e recebiam tratamento de um médico inglês – e até os mortos eram convenientemente enterrados no Cemitério dos Ingleses. Era fácil encontrar os gêneros e produtos para o dia-a-dia: os membros da colônia equipavam suas casas indo às lojas dos patrícios, onde compravam tudo que consumiam em seu próprio país (CALDEIRA, 1995, p. 109).

INGLESES NO RECIFE: SÉCULO XIX E XX

As intensas relações comerciais estabelecidas entre Brasil e Inglaterra também se refletiram em Pernambuco, com a Abertura dos Portos às nações europeias, no início

do século XIX, passou a receber influência direta (agora sem a intermediação de Portugal) da Inglaterra e da França. Isso foi mais evidente nas cidades portuárias brasileiras, que além da importação de mão-de-obra especializada, incluindo os produtos da nascente indústria europeia, fez com que a cidade do Recife, por onde se exportava o açúcar e o algodão, se tornasse de fato um portão aberto à crescente europeização (SILVA, 1987, p. 181).

Dentro desse contexto, a insurreição nordestina, de 1817, aconteceu na esteira de dois fatores: a descolonização portuguesa e a presença inglesa na economia brasileira. Nesse período, o inglês Henry Koster², (Fig. 2) atuando como mediador entre os revolucionários e as forças realistas, constatou que Pernambuco, em relação ao restante do país, tinha prioridade no comércio com a Inglaterra (MOTA, 1972, p. 15, nota 9). Estatísticas mostram, por exemplo, que o algodão era em grande parte levado à Inglaterra, apesar do açúcar ainda ser enviado para Lisboa.

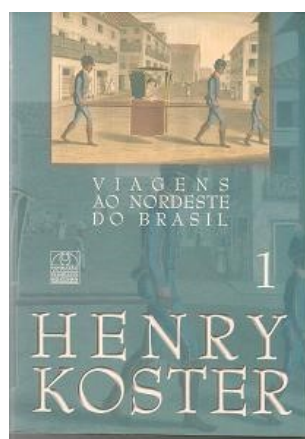


Figura 2: Fac-símile da obra resultante dos diários de Henry Koster.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

² Koster foi um viajante inglês que percorreu o Brasil e escreveu suas experiências de viagens em o livro intitulado *Travels in Brazil*. Publicado originalmente em Londres em 1816, o relato do viajante inglês, que foi proprietário de engenho e terras no Brasil entre 1809 e 1820, contém valiosas descrições da estrutura socioeconômica do Nordeste no início do século XIX, ocupando-se da escravidão, das relações entre as etnias, da família, da religião e das mentalidades. O livro focaliza especialmente Pernambuco, mas se estende a outros estados da região, e inclui mapas e ilustrações de cenas urbanas e rurais, além de apêndices do botânico Manoel Arruda Câmara (1752-1810) sobre espécies vegetais úteis e a criação de jardins. Posteriormente, o livro foi traduzido por Luís da Câmara Cascudo, publicado nos anos de 1941, e recebeu como título “Viagens ao Nordeste do Brasil”.

O imperialismo inglês, ligado à Revolução Industrial, estava diretamente relacionado ao movimento de 1817, no Nordeste, já que as antigas linhas legadas pelo monopólio comercial – atuantes sobretudo naquela região, não interessavam mais aos representantes da grande lavoura e de uma incipiente burguesia comercial, nem aos ingleses, que desejavam comercializar seus produtos em grande escala. Com isso, estabeleceu-se uma convergência de interesses entre a aristocracia agrária e os agentes ingleses (MOTA, 1972, p. 15, nota 9). Além disso, com os tratados de 1810 e a Abertura dos Portos, as poderosas diretrizes do capitalismo industrial inglês dariam as coordenadas nas linhas de desenvolvimento da política imperialista das décadas seguintes, proporcionando uma expansão da economia brasileira.

Portanto, com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, a Inglaterra daria os novos rumos políticos econômicos à ex-colônia portuguesa, tornando-a um exemplo clássico da persistência econômica no século XIX, especializada na agricultura de exportação e cultivada pela mão-de-obra escrava (STEIN, 1970 apud MOTA, 1972, p. 19).

Segundo Mota (1972), através dos tratados de 1810, se teria o início do domínio inglês no Brasil, que iria atingir o clímax em 1827, resultando no primeiro efeito significativo das relações entre a colônia e a metrópole portuguesa. A partir desse momento, haveria uma convergência inevitável dos interesses entre a economia inglesa e os grandes proprietários rurais, sendo que algumas das articulações de maior relevância entre os nossos revolucionários ocorreriam em Londres, onde poderiam contar com o apoio financeiro e militar, incluindo o auxílio de instituições supranacionais acobertadas pela Maçonaria.

Vale lembrar ainda que no início do século XIX, enquanto a colonização portuguesa estava se desarticulando e o imperialismo inglês estava se consolidando, a discussão da presença francesa também ganhava expressividade, por ser mais antiga que a inglesa e a norte-americana, não deixando de ser intensa e persistente, e atuando como centro irradiador de uma revolução social e ideológica durante os momentos de tensão política.

No entanto, sob o ponto de vista comercial, a colônia francesa que vivia no Recife encontrou dificuldades para se integrar à economia do país. Vinculados aos interesses mercantis da França, que iniciava lentamente seu processo de

industrialização, os franceses aqui presentes enfrentavam a intensa competição inglesa, visto que o próprio viajante Tollenare (1956, p. 102) queixava-se da “concorrência dos fabricantes ingleses”.

Em contrapartida, os ingleses se impulsionaram no comércio, através do processo de acumulação de capitais industriais, enquanto a indústria francesa, pelo contrário, não propiciava grandes investimentos no setor comercial (MOTA, 1972, p. 29).

É necessário ainda lembrar que os ingleses apoiaram a abolição da escravidão e, embora esta atitude estivesse embasada numa ideologia liberal, a economia inglesa buscava um desenvolvimento de mercado que fossem simultaneamente “integrados e consumidores”, daí o auxílio inglês no abafamento às guerras da independência e a necessidade de uma população com maior renda *per capita*, isto é, grandes consumidores dos produtos ingleses (MOTA, 1972, p. 41).

Deve-se ressaltar também que, segundo as descrições de Manchester (1973), Pernambuco parece ter sido, tanto quanto o Rio e depois São Paulo (já na segunda metade do século XIX), um “centro de especial interesse inglês” no Brasil, tanto pelo capital britânico investido no país, em estradas de ferro, por exemplo, como em outros melhoramentos urbanos importantes, principalmente se levar-se em consideração o número e a importância de firmas britânicas que, desde o início do século XIX, haviam estabelecido no Recife.

ESTILO DE VIVER

Assim como no Rio de Janeiro e em Salvador, a importante colônia inglesa que se fixou no Recife, conforme os registros de Koster (2002) (Fig. 2), introduziu novos hábitos no cotidiano brasileiro. O viajante inglês acompanhou, por exemplo, as alterações na arquitetura doméstica, observando “as pesadas e sombrias gelosias de muitas casas desapareceram para serem substituídas por janelas de vidro de ferro e varandas de ferro, artigos dos mais caracteristicamente britânicos” (p. 188).

Koster, já mencionado, ainda se refere a três famílias vindas da Inglaterra e residentes no Recife que saíam todas as tardes para passear a pé e cujo hábito não demorou a ser imitado por muitas famílias brasileiras. Notou também a substituição da

seda e dos cetins nos vestidos de festas, por tecidos de algodão ou colorido – artigos de fabricação inglesa.

Quanto à presença inglesa no comércio brasileiro, ele conta que

Antes de iniciar-se o comércio direto com a Inglaterra, os dois sexos vestiam tecidos rústicos de algodão feitos no próprio país e as saias eram tingidas com uma cor vermelha que se obtinha da casca de árvore coipura (...). Nesse tempo, os panos comuns, tecidos nas fábricas portuguesas ou inglesas custavam [de] oito a doze mil reis (...) devido ao monopólio do tráfico entregue aos comerciantes do Recife, que punham um preço arbitrário nessas mercadorias – e tudo o mais seguia a proporção. Com esses preços dos mercados, os artigos de roupa europeus só as pessoas ricas podiam adquiri-los. Contudo, aberto os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, as mercadorias inglesas fizeram seu caminho por todo o país e os negociantes são numerosos (KOSTER, 2002, p. 204-205).

De fato, o primeiro navio estrangeiro que aportou no Recife, logo após a Abertura dos Portos, veio de Londres, sob o comando de Walter Atkins, em 11 de maio de 1808 e, ao dar entrada na Alfândega, descarregou inúmeras fazendas e mercadorias que conduzia a bordo.³

No ano seguinte, sabe-se que já havia um Cônsul inglês residente na cidade, William J. Lyon, e vários estabelecimentos de comerciantes britânicos entre eles: J. L. Schmidtmeyer, H. O. Pinches, Edwards & Acton, Thomas Steewart, George Mitchell, John William Purcell e Charles Bowen – enviado para os EUA em missão diplomática, como primeiro representante dos revolucionários de Pernambuco.

Entretanto, mesmo havendo um porto repleto de navios – na maioria britânicos -, os numerosos ingleses que moravam no Recife desconheciam a região e seus produtos locais, fazendo com que as casas de comércio vendessem praticamente os mesmos artigos (FREYRE, 2000, p. 119).

Mas não era apenas o comércio brasileiro que passava por modificações, visto que Koster, ao chegar da Inglaterra em dezembro de 1811, pela segunda vez, repara que a cidade também estava se transformando, ou seja, igrejas, passeios, pontes, roupas, tradições e hábitos modificaram-se rapidamente. Os terrenos baldios do Poço da Panela, Monteiro e Casa Forte, conforme as descrições de Koster, ocupavam-se cada vez mais com residências de verão e as casas nobres passaram a ganhar novos elementos nas

³ Cf. notas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Governadores de Pernambuco, em correspondência com o Ministério do Reino, 1808, p. 228.

fachadas como vidros nas janelas e balcões de ferro gradeados, além de novos mobiliários e alcatifas (KOSTER, 2002, p. 23).

O intenso comércio inglês possibilitou a modernização de importantes cidades brasileiras já em meados do século XIX, trazendo conforto e melhores condições de vida à classe burguesa ali presente. A passagem da dependência portuguesa à dependência inglesa, entretanto, não implicou numa revolução urbana, mas em grandes transformações realizadas sobretudo nos âmbitos político, econômico e cultural.

Outros aspectos

A presença dos ingleses foi marcante não apenas nos negócios. Novamente Gilberto Freyre, na obra já assinalada, vai dizer:

O que era inglês no Recife no século XIX? O chefe das empresas ferroviárias e de navegação, o engenheiro, o importador de bacalhau, de vidros, de ferragens, de manteiga, de bebidas, de tecidos, o leiloeiro, o “alto negociante”, a “firma sólida”. O que mais o representava: a roupa de brim branco, a casimira, o boné, o chapéu de cortiça, o paletó de xadrez à príncipe de Gales, o cachimbo, o uísque, o gim, o rum, as grades de ferro nas casas, o rosbife, o sabonete, o pijama, alguns tipos de barba, o gramado no jardim, o cabo submarino, o chá, a louça, a novela policial, a casa de campo, o sanduíche – já feito, às vezes, alimento aculturado (o pão de trigo comprado na Inglaterra), com salsicha alemã e tomate de pesqueira (tudo isso acabou no cachorro-quente) – o footing, o gosto pelo cavalo e pelo buldogue, o piquenique, o presunto, o clube, o futebol, o golfe, o olho azul das misses não só para inglês ver, os anglicismos, a pontualidade britânica, o cemitério dos ingleses, onde foi enterrado Abreu e Lima, a Igreja Anglicana da Rua da Aurora, com renques de pitangueira, o livro inglês em tradução francesa (FREYRE, 2000, p. 57)

Essa análise é importante, pois ressalta que nenhum esquema de dominação econômica se sustenta, sem que haja envolvimento com aspectos da cultura que provoquem admiração. A longa convivência com o modo de ser inglês, sobretudo no século XIX, abriu espaço para que isso acontecesse, com registros que, ainda hoje, são

visíveis ao nosso cotidiano, na existência de certos hábitos ou mesmo nas inscrições da memória.

No vocabulário é frequente o uso das palavras inglesas, mesmo antes da avassaladora onda de globalização contemporânea. *Whisky, report, schooner, up-to-date, footing, drink, poker, foot-ball, lunch, sport, handicap, snook, goal* e tantas outras, algumas utilizadas já devidamente abasileiradas, e com tanta frequência, que parecem ser criadas pela língua portuguesa como futebol, cheque, drinque, esporte, sinuca, gol. O vocabulário é, basicamente, formado de palavras de origem inglesa, mostrando que os sinais da dominação também podem ser lidos, sem precisar de números e estatísticas. Poucos, se questionados, duvidariam que essas palavras são originárias da língua inglesa, pois são tão comuns que já foram incorporadas aos dicionários existentes. A influência de escritores e pensadores ingleses no século XIX também foi significativa, disputando com os franceses. As ideias liberais de Locke, Adam Smith, Ricardo, as poesias de Byron, os romances históricos de Walter Scott e de Dickens circulavam entre as elites. Segundo Freyre, até mesmo a maçonaria, no Brasil, teve uma orientação anglófila, como também as iniciativas da imprensa brasileira contaram com a presença de ingleses, destacando o impressor *F. Pinthhis* em Pernambuco. A colônia inglesa era, em Pernambuco, numerosa. Ela cresceu na segunda metade do século XIX, com a atuação das empresas ligadas aos serviços urbanos e à ferrovia, como a *Pernambuco Tramway* e a *Great Western*. (Figuras 3 e 4)



Figura 3: Um dos meios de transporte substituídos pelos ingleses em Recife, pela “Maxambomba”

Fonte: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/09/11/a-heranca-inglesa-deixada-no-recife/>

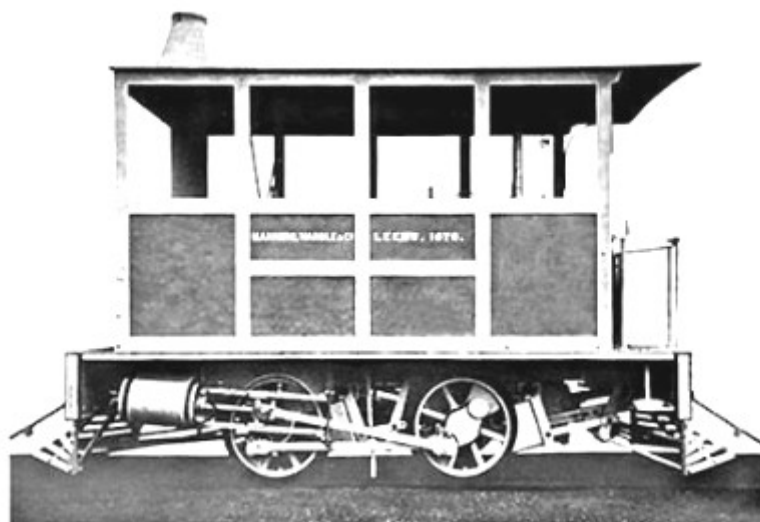


Figura 4: Uma das primeiras Maxambomba do Recife

Fonte: <http://www.luizberto.com/esquina-leonardo-dantas-silva/no-tempo-da-maxambomba>

Os ingleses tinham preocupação com a moradia, preferindo fugir dos núcleos mais urbanizados. Fixavam suas residências nos arrabaldes da época: Ponte D’Uchos, Monteiro, Casa Forte, Parnamirim, Apipucos, hoje movimentados bairros da cidade do Recife. Lá organizavam suas chácaras e seus sítios, muito deles à beira dos rios. Não se sentiam atraídos pelos sobrados verticais, gostavam de espaços para cuidar dos seus jardins. Estima-se que, em 182, moravam no Recife cerca de 400 ingleses.

Não apenas negociante, mas engenheiros, médicos, alfaiates, técnico ingleses se instalaram na Província de Pernambuco, em busca de riqueza ou de aventura. A convivência deles com os costumes brasileiros era muitas vezes conflituosas. A sua adaptação ao meio natural não era fácil. Muitos morreram vitimados pelas epidemias de febre amarela e da cólera-morbo. Havia também reclamações dos nacionais, com relação à arrogância de alguns estrangeiros, ou a revolta destes contra a existência do trabalho escravo no Brasil, como a do pesquisador Charles Darwin, ou a ressalva de Henry Koster de que os escravos, aqui, viviam melhor do que os da Inglaterra.

Algumas firmas inglesas colocaram anúncios nos jornais com objetivo de contratar trabalhadores livres para suas obras. Os senhores de engenho faziam também sua reclamações, sobretudo na época das construções das ferrovias, procurando preservar privilégios e propriedades. Muito do que se sabe sobre o Brasil do século XIX se deve às descrições de viajantes ingleses, entre eles Robert Southey, Charles

Waterton, Maria Graham, Richard Burton, James Henderson, Kidder, que contam seus encantos e surpresas com um outro mundo distante da modernidade europeia.

A viajante Maria Graham descreve uma casa que visitou, em 1821, onde destaca a varanda, as roseiras, as árvores, comparando-a com os “bungalows” do oriente.

Quando moravam em residências já construídas, introduziam modificações no seu interior, como “hall” e o “W.C”. Na vida doméstica, essa influência se estendia com atenção maior para higiene e maior refinamento na maneira de comer com o uso do garfo e da faca, na pontualidade, no cumprimento dos compromissos. Os produtos ingleses invadiram as casas brasileiras, sobretudo dos mais ricos, como as louças, as porcelanas, as panelas de ferro, os sofás, como também modificaram hábitos de vestir, com seus chapéus redondos, seus tecidos, suas roupas de linho ou casimira muitas vezes não adaptadas ao rigoroso calor dos trópicos. O piano inglês compunha essa nova organização dos espaços domésticos. Os anúncios de leilões nos jornais mostravam como esses produtos eram valorizados, sem falar na atuação dos leiloeiros, muitos deles também ingleses.

Outro aspecto relacionado com a moradia merece destaque. A grande importação do ferro e do vidro exige que se forme um mercado de consumo. Segundo Gilberto Freyre (2000), “o que se verificou no Rio, verificou-se nas outras cidades brasileiras mais atingidas pela influência britânica: cidades que tiveram as gelosias de suas casas arrancadas por ordem do Príncipe-Regente ou dos seus representantes (...)” “No Recife, a 30 de setembro de 1839, o Diário de Pernambuco publicava um anúncio, no qual se exaltavam estas virtudes de um sobrado, situado à margem do Capibaribe, no Monteiro: ser todo envidraçado e ficar muito perto do banho”.

Modificações na arquitetura existente, forçadas também pelas imposições do comércio.

Muitas pensões da cidade existiam à custa da hospedagem de funcionários das grandes empresas inglesas, uma delas conhecida como “a pensão dos telegrafistas”, devido à presença dos funcionários da *Western Telegraph*, empresa que atuou, na região, até meados do século XX.

No lazer, o futebol tornou-se mania. O esporte hoje o mais popular do Brasil teve sua divulgação então incentivada com a fundação do Sport Club do Recife, graças

à iniciativa de Guilherme Aquino, com a colaboração de esportistas da *Western* e da *Great* (em 13 de maio de 1905).

Clubes sociais como o *Pernambuco British Club*, *Pernambuco Crickert Club*, *Lawn Tennis Club* já se faziam presentes nas primeiras décadas do século XX. Eles se constituíram no ponto de partida para a fundação do *The British Country Club* (26 de fevereiro de 1920). Este, juntamente com o *Caxangá Golf Club*, tem atuação na vida social das elites pernambucanas – preservam a memória dos primeiros tempos e o orgulho da origem.

ESTILO DE MORRER

As formas de morrer e as concepções sobre a morte também informam as preocupações, estilo de vida, o cotidiano e as representações do mundo dos vivos. Que atitudes diante da morte os britânicos (anglicanos) desenvolveram? Em que medida o lastro comum construído pela Reforma Protestante foi tomado como referência ou outras práticas foram desenvolvidas e acrescentadas nesse novo contexto histórico e social, hegemonicamente católico, que era o Brasil?

Os Reformadores e a Morte

Ao assentarem as bases doutrinárias da Reforma Protestante, os seus líderes tiveram que se defrontar com o problema da morte e os seus desdobramentos na prática cotidiana do catolicismo. Não se pode esquecer que a gota d'água que transbordou o cálice de indignação do Monge Martinho Lutero foi exatamente o comércio das indulgências, feito pelo clero católico, prometendo em troca de contribuições pecuniárias a absolvição das almas que estavam no purgatório. Um dos principais temas das 95 teses do reformador alemão referia-se à morte e ao perdão.

Seguindo os ensinamentos paulinos, Lutero enfatizaria ao extremo a cruz e a morte de Cristo no lugar do homem pecador, lembrando que Cristo, ao ressuscitar dos mortos, concedeu ao homem mortal também o dom de ressuscitar e viver uma vida eterna. A finitude humana é um dado natural e irreversível, mas, ao ser justificado pela mediação de Jesus Cristo, o ser humano garante uma nova vida.

Na ótica luterana, só a fé em Cristo absolvía o homem das penas eternas, nenhuma obra, muito menos ofertas para fins religiosos, poderia salvar os pecadores. Portanto, o

estágio intermediário denominado purgatório era uma verdadeira excrescência, não tinha nenhum fundamento bíblico. Em consonância com Lutero, Calvino, o reformador francês, condenava qualquer obra e ações humanas visando a salvação e o perdão dos pecados. Só pelo amor divino manifestado na morte de Cristo o homem teria condições de remir-se da danação eterna, de fugir da morte espiritual.

Resgatados do pecado e da ira divina, os homens, também as mulheres, estariam aptos para a ressurreição de seus corpos, ganhando um corpo glorificado. Acreditava Calvino na vida eterna, em glória e justiça será o galardão dos justos que aceitaram o sacrifício de Cristo, os ímpios que não reconheceram a Deus e o plano salvífico de seu filho, serão jogados à morte eterna com o diabo, condenados às trevas eternas.

Não foi sem dificuldades que os pastores calvinistas tentaram dissuadir os novos protestantes das antigas práticas que haviam sido consagradas pelo catolicismo e estavam indelevelmente marcadas na religiosidade popular. Garrison-Estebe (1991), no seu estudo sobre os protestantes do sul da França na época da Reforma, citou a família de “Pierre Nouailland que após a morte de sua mãe, cheia de angústia e temores mandou rezar uma missa pela alma e mercê da defunta. O consistório os excomungou e exigiu a confissão pública do erro deles” (GARRISON-ESTEBE, 1991, p. 251).

O anglicanismo apresentou muitas peculiaridades em relação ao pensamento reformado do continente europeu. Representando, de fato, uma via média entre o catolicismo e o protestantismo, a Igreja Anglicana acatou os principais postulados protestantes a respeito da morte e da vida eterna, mas manteve de forma nuançada a oração pelos mortos, não um purgatório declarado como pensavam os católicos, e sim uma espécie de intervalo à espera da ressurreição.

Nos Dez Artigos, publicados dois anos após a ruptura final com Roma, a Igreja Anglicana, em 1536, reafirmou a crença nos sacramentos do batismo, da penitência e da eucaristia. Reafirmava ainda “que eram desejáveis as missas para os defuntos e a invocação dos santos” (LATOURETTE, 1977, p. 159). Em consequência das disputas político-religiosas, em 1552, o Livro de Oração Comum sofreu a sua primeira revisão e a questão voltou à baila, sendo omitidas as orações pelos mortos (WALKER, 1967, p. 90) e outras práticas tradicionais numa clara tendência favorável ao partido protestante.

No início do século XVII, a questão foi rediscutida e o teólogo Thorndike defendeu que “a prática da Igreja de interceder pelos mortos na celebração da eucaristia é tão geral e tão antiga que não se pode admitir que tenha entrado por impostura”. No

entanto, a intercessão feita pelos mortos, segundo o rito anglicano, não se respaldava na ideia da existência do purgatório como aceitavam os católicos (BETTENSON, 1983, p. 333).

O Discurso Sobre A Morte

O discurso anglicano sobre a morte construiu-se, seguindo a tradição eclesiástica e os ensinamentos bíblicos. Da leitura dos epitáfios e dos textos necrológicos pode-se concluir que viam a morte basicamente sob três perspectivas: a primeira era que a morte do cristão era uma morte bem-aventurada, pois que morriam no Senhor; a segunda é a que identificava a morte como um sono, um repouso dos fiéis no aguardo da ressurreição eterna; e a terceira concepção era a de que se constituía numa passagem, numa partida desta vida para a vida eterna.

A morte abençoada, ou a boa morte, referia-se normalmente a pessoas que faleciam na velhice e que após uma longa existência, morriam rodeadas de filhos e netos e lembradas por suas boas obras. Mesmo as mortes prematuras de crianças e jovens, no final, eram consideradas como “a vontade soberana de Deus”, mesmo que oculto e incompreensível à primeira vista, mas pleno da sabedoria do Pai.

Na segunda perspectiva, a morte era concebida como um período de sono dado por Deus, onde o fiel dorme o sono dos justos na paz de Cristo. Morrer tinha o mesmo sentido de dormir, repousar no Senhor, para esperar a ressurreição eterna que estava por vir.

Os anglicanos acreditavam que a ressurreição era uma promessa de Jesus Cristo da qual eles participavam enquanto seus seguidores.

Ao conceberem a morte como uma passagem para a vida eterna, não se eliminava a possibilidade de tomá-la como um sono, uma rápida transição do homem para uma outra dimensão que garantia a eternidade no seio de Cristo. Na verdade, as duas concepções se amalgamavam perfeitamente. A partida desta vida não era concebida como fato biológico apenas, mas como um chamamento divino.

Os que morrem em Cristo são chamados para um estágio melhor e mais elevado, com a conotação de um prêmio, de uma recompensa pela fidelidade aos princípios evangélicos, pela vida de retidão e serviços prestados ao próximo.

A morte abençoada, a morte vista como um sono dos justos ou a passagem para a outra vida eram concepções que se complementavam e que tinham sempre como um substrato latente que ao ser atingido pelo anjo da morte ou ser chamado por Deus, o morto

descansava dos seus trabalhos, da vida agitada de sofrimentos e entrava na bem-aventurança divina, mas que as suas obras, as suas atitudes enquanto cristão o seguiriam, não seriam esquecidas e certamente seriam levadas em conta no tribunal eterno.

O mundo dos vivos e o mundo dos mortos não eram duas realidades estanques e incomunicáveis. Havia certa comunicação entre essas duas esferas, garantida, inclusive, através da doutrina da intercessão pelos mortos. Conforme o “Livro de Oração Comum e da administração dos Sacramentos e Outros ritos e cerimônias da Igreja”, seguido pelos anglicanos aqui no Brasil. Em todas as cerimônias da sagrada comunhão os irmãos que haviam passado para a outra vida eram lembrados (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2015).

Os mortos continuavam vivos na memória dos seus familiares, presentes no cotidiano dos que lhes sobreviviam, permaneciam ligados por laços afetivos e de parentesco.

Daí ser compreensível e coerente a falta de ostentação póstuma dos túmulos, uma vez que a crença estabelecida era a de que o fiel ressuscitaria num corpo novo, imperecível e num outro mundo intangível e eterno.

O Cemitério dos Ingleses

Em Recife, à época, as necrópoles existentes eram todas administradas pela Igreja Católica ou Irmandades Religiosas. Por isso, antes mesmo de erguerem a capela anglicana para os serviços religiosos, os anglicanos viram-se na iminência de providenciar uma necrópole, desde quando os seus mortos estavam proibidos de receberem sepultura nos cemitérios locais.

Conhecido popularmente como “Cemitério dos Ingleses”, a construção deste cemitério é consequência da presença inglesa e suas influências no cotidiano das cidades do Brasil-Colônia, que logo seria elevado à categoria de Reino Unido a Portugal. Especialmente naquelas onde se localizavam os principais portos coloniais e nas quais houvesse grande presença de britânicos. Tais como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. (Figuras 5)



Figura 5: Entrada do Cemitério dos Ingleses do Recife atualmente.

Fonte: Do autor

O sepultamento dos não católicos, entre os quais estavam os ingleses, foi preocupação de D. João VI a partir de casos específicos, e também decorrência dos Tratados entre Inglaterra e Portugal, de 1810, e de forma especial a sua ratificação pelos termos da Carta Régia.⁴

Tendo-se estabelecido em diversas cidades, os ingleses partilharam igualmente de diversas situações em cada uma delas: as epidemias, acidentes, mortes naturais e as condições insalubres de trabalho.

Segundo o historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, o inglês Daniel Savege, teria sido um mestre na escuna Samuel, tendo falecido na cidade do Recife, no dia 10 de janeiro do ano de 1802, e foi sepultado “em cumprimento da ordem recebida, no fosso da fortaleza do Brum” (MELLO, 1972, p. 12).

Tempos passados, quando o ocorrido chegou ao conhecimento de seus contemporâneos, os britânicos residentes na cidade, temendo passarem pelo que a prática estabelecida na Capitania de Pernambuco determinava - “de serem enterrados

⁴ Carta Régia é o nome dado ao documento oficial assinado por um monarca que segue para uma autoridade sem passar pela chancelaria, geralmente contendo determinações gerais e permanentes.

nas praias, onde se lançam os cadáveres dos negros não batizados, os vassalos britânicos da religião protestante que ali morrem” (MELLO, 1972, p. 12) -, sabedores de que no Rio de Janeiro e em Salvador foram destinados terrenos para servir de cemitérios aos súditos britânicos protestantes, “solicitaram a seu representante, o Visconde Strangford, que lhe fosse concedido direito igual ao obtido pelos seus compatriotas na Corte e em Salvador” (MELLO, 1972, p. 12).

Ainda segundo o historiador mencionado, no dia 18 de novembro de 1813, o ministro dirigiu-se ao Príncipe Regente, relatando o pedido dos súditos britânicos em Recife, solicitando uma área para o sepultamento dos ingleses que ali falecessem. O Príncipe Regente expediu no dia 20 de novembro de 1813 ordens ao governador e capitão daquela Capitania no sentido de que um terreno fosse adequado para os fins de instalação de um cemitério dos ingleses, visto que sua Real Fazenda “se propõe dar em propriedade o sobredito terreno à Nação Britânica” (MELLO, 1972, p. 13).

No ano de 1814, o governado da Capitania de Pernambuco – o Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, cumprindo ordens recebidas do Príncipe Regente, mandou demarcar, no local conhecido como Santo Amaro das Salinas, um terreno de 120 palmos de frente por 200 de fundo, o qual foi desapropriado e doado ao cônsul inglês John Lempriere, destinado à instalação de um cemitério para os ingleses naquela Capitania. O local era distante do centro urbano da cidade do Recife, próximo ao Lazareto de Santo Amaro, onde ficavam em quarentena, os escravos recém-chegados da África (PARAÍSO, 1997, p. 36). O terreno escolhido, segundo Mello, estava situado numa estrada que ligava a cidade do Recife a Olinda (MELLO, 1972, p. 15).

O Cemitério dos Ingleses do Recife construído e instalado na Estrada Luiz Rego, no local conhecido à época como Santo Amaro das Salinas, atualmente tem como endereço a Avenida Cruz Cabugá, 876, bairro de Santo Amaro. Hoje, ocupa uma área de 1.700 m², aproximadamente (a área original foi de 1.161,6 m²; chegou a ter: 2.200 m²). Possui cerca de duzentas lápides e realiza até 10 sepultamentos/ano.

A elite pernambucana no período enterrava seus mortos no interior dos templos católicos. Eram funerais grandiosos com procissões que participavam centenas de pessoas. A prática de sepultamentos fora dos muros dos templos ou em sítios fora do centro urbano constituía-se numa novidade. Prática trazida da Europa, por motivos de caráter higiênico que dominavam as preocupações dos médicos.

CONCLUSÕES

No artigo, buscou-se evidenciar como a presença inglesa, bastante representativa e diversificada no Brasil do século XIX ocorreu como um processo resultante do desejo de expansão da Inglaterra para seu comércio de produtos industrializados, encontrando um amplo mercado no Brasil, após a Abertura dos Portos, em 1810. A importância do comércio no desenvolvimento da economia inglesa, em harmonia com o empirismo característico do pensamento inglês, teria impulsionado o imperialismo britânico ao redor do mundo. Dessa forma, a presença inglesa passa a ser representativa em nosso país, sobretudo nos âmbitos político e econômico.

Concomitante a isso, a presença inglesa no país se manifestou também em um gosto inglês particular, cujo reflexo se faz visível em um estilo de viver e morrer, que resulta na implantação de diversos equipamento urbanos, entre eles os sistemas de águas e esgotos, os telégrafos, a iluminação a gás, as diligências, a introdução das ferrovias, especialmente no Nordeste, os edifícios da Associação Comercial, as fundições, os sistemas bancários, as Igrejas Anglicanas, os Cemitérios dos Ingleses e os vários clubes esportivos.

A introdução desse gosto inglês se deu, por exemplo, na arquitetura, com a chegada de novos materiais, entre eles o ferro e o vidro, e através da ocupação das áreas suburbanas nos arredores das cidades, incluindo várias inovações quanto à decoração de interiores, como o *hall* de entrada, os banheiros, as cozinhas, os papéis de parede, as tintas e o mobiliário. Entre os novos artigos domésticos, além das louças, vidros e móveis, também chegavam da Grã-Bretanha, já no início do século XIX, pratos, panelas, bules, talheres e xícaras.

Como bem coloca Burke (2001, p. 137), esse processo de anglicização teria desenvolvido pelo processo de imitação, sobretudo através dos inúmeros produtos ingleses divulgados nos jornais da época e os leilões que “entreabriam para o público brasileiro as residências inglesas, e frequentá-los se tornou um hábito chic no século XIX (...)”.

Todas essas considerações se coadunam com o grande pensador e escritor de Apipucos, quando assim se expressava: “O século XIX, sobretudo em sua primeira metade, foi assim, no Brasil, o século inglês por excelência” (FREYRE, 2000, p. 48).

REFERÊNCIAS

- BETTENSON, Henry. (Ed.). **Documentos da Igreja Cristã**. Rio de Janeiro: ASTE, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013. p. 73-111.
- BONAVIDES, Paulo. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BRASIL. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: TopBooks/Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- GARRISON-ESTEBE, Janine. **L'Home Protestant**. France: Hachette, 1980.
- GARRISON-ESTEBE, Janine. **Protestants Du Midi: 1559-1598**. France: Bibliotheque Historique Privat, 1991.
- GRAHAM, Maria. **Diário de Uma Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Livro de Oração Comum e da administração dos Sacramentos e Outros ritos e cerimônias da Igreja. Disponível em: <<http://mb-soft.com/believe/ttwm/commonpr.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- LATOURRETTE, Kenneth S.. **Historia Del Cristianismo**. s/l: Casa Bautista Publicaciones, 1977.
- LENZ, Sílvia Ewel. A Presença Britânica na Corte Imperial. **Locus: revista de história**, v. 14, n. 2, p. 207-221, 2008.
- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Ingleses em Pernambuco**. História do Cemitério Britânico do Recife e da Participação dos Ingleses e Outros Estrangeiros na Vida e

Cultura do Pernambuco, no período de 1813 a 1990. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

MOTA, Carlos. **Nordeste 1817** – estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **O Brasil Monárquico: o processo de emancipação**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 64-99.

PARAÍSO, Rostand. **Esses ingleses...** Recife: Bagaço, 1997.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Ingleses no Brasil: um Quase-Manifesto. In: QUINTAS, Fátima. (Org.). **Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001. p. 130-140.

_____. Orelha do Livro. In: FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: TopBooks/Fundação Gilberto Freyre, 2000.

PEREIRA, Rosamaria Reo. **A Presença Inglesa no Brasil e sua Influência nas Obras de Escritores Brasileiros do Século XIX**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

ROCHA, Carlos E. **O Mobiliário Antigo na Bahia**. Salvador: Tradição S. A./Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 Anos de Urbanização: Salvador da Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SILVA, Geraldo Gomes. **Arquitetura do Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas Dominicais Tomadas Durante uma Viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Bahia: Livraria Progresso, 1956.

WALKER, William. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: ASTE, 1967.